



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Processo n.º: 6.138/2015-e A

Interessado: Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

Assunto: Estudos Especiais.

EMENTA: Decisão n.º 5227/2014 (Processo n.º 29900/2014). Estudos especiais acerca da interpretação do âmbito de incidência das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, prevista nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, bem como da pena de impedimento, prevista no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002. Nesta fase, a unidade instrutiva, revendo as sugestões apresentadas anteriormente, pugna no sentido de que a Corte firme entendimento de que as sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade e o impedimento de licitar e contratar têm efeito nacional abrangendo todas as esferas da administração. Parecer convergente, com adendo. VOTO do Relator divergente da unidade instrutiva e do *Parquet*: conhecimento dos estudos especiais, tendo por despicienda a fixação de entendimento por esta Casa em face das disposições insertas no Decreto Distrital n.º 26.851/2006, o qual guarda consonância com a corrente doutrinária majoritária e com o entendimento sedimentado pela Corte de Contas e pelo TCU. Pedido de vista. Voto convergente com o do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

VOTO DE VISTA

Tratam os autos de Estudos Especiais para a interpretação da incidência das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993¹, bem como da pena de impedimento, prevista no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002², conforme determinado pela Decisão nº 5227/2014³, proferida no Processo nº 29900/2014.

Nesta etapa processual, a unidade técnica pugnou por que esta alinhe seu entendimento ao fixado pelo Poder Judiciário no sentido de que as sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade e o impedimento de licitar e contratar operem seus efeitos em âmbito geral, alcançando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O douto Ministério Público acompanha essas sugestões, com adendo

¹ Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

² Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

³ O Tribunal decidiu: 1) por unanimidade, com fulcro nos arts. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, art. 198 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal e 7º, § 4º, da Resolução nº 169/2004, ratificar o Despacho Singular nº 639/2014-GC/PT; 2) de acordo com o voto do Relator: **2.1) autorizar a realização, em autos apartados, de estudos especiais acerca da interpretação do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993 e do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, especialmente no que pertine ao âmbito de incidência das sanções previstas nos referidos dispositivos legais;** 2.2) determinar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins". (grifo nosso)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

por que a Corte:

IV – dê ciência a todos os órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal da decisão que vier a ser proferida e do Parecer nº 734/2015-MF, que fundamenta o entendimento acerca da abrangência dos efeitos das sanções objeto dos presentes estudos especiais.

.

Na Sessão Ordinária de 13/12/2016, o nobre Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, divergindo dos pareceres por considerar não ser necessário firmar entendimento a respeito da matéria, votou por que a Corte:

- I. tome conhecimento:*
 - a) das Informações n.ºs 08/2015 – ATE (peça 02; e-DOC B56C3FBB-e) e 10/2016 (peça 09; e-DOC 229C9335-e);*
 - b) dos Pareceres n.ºs 734/2015-MF (peça 05; e-DOC 95400987-e) e 658/2016 – MF (peça 13; e-DOC 177750ª4-e);*
- II. considere cumpridas as determinações constantes do item 2.1 da Decisão n.º 5.227/2014 (Processo n.º 29.900/2014) e do Despacho Singular n.º 564/2015-GCIM (peça 06; e-DOC 079FEC07-e);*
- III. tenha por despicienda a edição por esta Corte de Contas de orientação ou entendimento em relação às disposições do art. 87, incisos III e IV da Lei n.º 8.666/1993, uma vez que a matéria encontra-se regulamentada no âmbito do Decreto distrital n.º 26.851/2006 e guarda consonância com entendimento adotado por esta Corte de Contas nas Decisões n.ºs 2.352/2011 (Processo n.º 8.700/2006), 2.616/2012 (Processo n.º 10.809/2009) e 5.862/2014 (Processo n.º 28.734/2012), com a jurisprudência sedimentada no TCU, bem como com a corrente majoritária da doutrina, e em face de tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado n.º 559/2013, buscando consolidar e normatizar o novo Estatuto de Licitações e Contratações Públicas do Brasil.*
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF, para fins de arquivamento*

Na ocasião, pedi vista para melhor me inteirar da matéria.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

VOTO

Compulsando os autos, verifico serem acertados os fundamentos e as conclusões constantes do Voto no eminente Relator.

A controvérsia que motivou os presentes estudos resume-se à delimitação do âmbito espacial de validade e eficácia das seguintes sanções:

- a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração: inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública: inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993;
- c) impedimento de licitar e contratar: art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

A despeito da existência de certo dissenso doutrinário e jurisprudencial, penso que o encaminhamento defendido pelo Relator encontra-se em consonância, inicialmente, com as normas aplicáveis à matéria. Refiro-me, especialmente, à vigência do Decreto nº 26.851/2006, que, entre outras providências, regula a aplicação no Distrito Federal das sanções administrativas previstas nas Leis federais n.ºs 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520/2002 (Lei do Pregão).

Tal regulamento, consoante demonstrado nos autos, além de ser sido objeto de alentados estudos no âmbito da Procuradoria-Geral do DF, encontra-se em pleno vigor, sendo, também, dotado de validade, na medida em que não foi objeto de questionamento administrativo ou judicial quando à sua legalidade.

Além disso, as normas nele veiculadas guardam conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas e desta Corte sobre a matéria. Neste último caso, foi, inclusive, utilizado para fundamentar as Decisões n.ºs 4956/2006 (Processo n.º 26280/2006), 2386/2011 (Processo n.º 12360/2008), 3623/2012 (Processo n.º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

10809/2009), 2352/2011 (Processo n.º 8700/2006), 2616/2012 (Processo n.º 10809/2009), 5862/2014 (Processo n.º 28734/2012) e 3860/2013 (Processo n.º 10809/2009).

Também, conforme fundamento acrescido pelo ilustre Relator, encontra-se, *lege ferenda*, em consonância com o Projeto de Lei do Senado n.º 559/2013, que tem por objeto a edição de normas para licitações e contratos da Administração Pública, revogando, assim, a Lei n.º 8.666/1993.

Assim, em suma, os efeitos da sanção de suspensão temporária restringem-se ao órgão ou entidade que aplica a referida punição. Já a declaração de inidoneidade abarca todos os entes públicos e em qualquer esfera de Poder. Por fim, o impedimento de licitar e contratar limita-se ao ente federado ao qual pertence o órgão ou entidade sancionadora.

Dessa forma, despicienda a necessidade de se firmar entendimento sobre tema que se encontra suficientemente regulado pelo Poder competente e em linha de convergência com a doutrina dominante, a jurisprudência desta Corte e do TCU, bem como com o Projeto de Lei do Senado n.º 559/2013

Diante do exposto, ressaltando ainda a importância da matéria objeto dos autos, acompanho, na íntegra, o Voto do eminente Relator.

Nos termos do art. 98, § 1º, do RI/TCDF, encaminhem-se os autos à Presidência.

Brasília-DF, 09 de fevereiro de 2017.

PAULO TADEU
Conselheiro-Revisor